

A LOUCURA ENTRE AS RUAS E O HOSPÍCIO: A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE E A REINVENÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Fátima Saionara Leandro Brito*

[...] penetrado de um profundo niilismo intelectual, foi que penetrei no hospício pela primeira vez; e o grosso espetáculo doloroso da loucura mais arraigou no espírito essa concepção de um mundo brumoso, quase mergulhado nas trevas, sendo unicamente perceptível o sofrimento, a dor, a miséria e a tristeza a envolver tudo, tristeza que nada pode espancar ou reduzir.

Lima Barreto –
O Cemitério dos Vivos

Mudinho, Lucas Gusmão, Rainha Joana e tantos outros atores históricos da loucura, habitaram as ruas de Campina Grande - PB, redesenhando com o seu estar no mundo as calçadas desta cidade. Estes personagens marcaram época e se fizeram história para os memorialistas na década de 1940 e 1950. Vidas errantes de personagens sofredores que faziam das ruas o seu lar, que criaram relação de parentesco com aqueles que lhes davam uma ajuda, ou um afago. Sujeitos nômades, que apenas possuíam a fidelidade da sua mais íntima companheira – a loucura.

É possível que, para esses atores, as ruas pudessem se constituir como esse mundo brumoso do qual fala Lima Barreto, quando do recordar de sua primeira entrada no hospício. As ruas podem ser comparadas a um manicômio a céu aberto, onde a exclusão era possível de ser vista, existindo apenas uma falsa harmonia, já que, nos discursos que circulavam em torno da loucura, estes sujeitos ainda não se constituíam como um perigo em potencial, não estando vinculados a sua identidade os signos da criminalidade, que anos depois estarão colados aos seus corpos, atuando como um dos motivos do enclausuramento.

Esses atores transitavam com certa liberdade pelas ruas da cidade, eram alvos de apelidos, insultos, troças, mas também ganhavam cuidados, carinho, ajuda. Eram sujeitos que caminhavam por uma fronteira quase invisível, pois viviam à margem da sociedade dita normal, mas estavam ali, na esquina, na calçada, na lanchonete, ou seja, possuíam seu espaço de pertencimento e convivência em meio a esses outros personagens.

Diante disto, trago para este texto alguns fragmentos dessas histórias de vida, escritos pelos memorialistas, particularmente por Cristino Pimentel, que parece ter se sensibilizado

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: saionaralleandro@hotmail.com

com a loucura e sobre ela traçou várias linhas de significados. Foi em suas obras que localizei a maior parte dos registros de casos de loucura trazidos para esta escrita. A proposta é a de tornar visíveis as relações estabelecidas pela loucura em Campina Grande antes do surgimento do primeiro hospício – o Hospital Psiquiátrico João Ribeiro. Além disso, busco mostrar como o discurso da modernidade, do progresso e da civilização, presentes na cidade naquelas décadas, atuaram por meio do saber médico científico, instaurando uma rasura na vida desses atores ao fundar o espaço fechado para o tratamento da loucura.

1.1 Vidas errantes

Os atores nomeados por uma parcela da sociedade como mal-ditos e que compõem o cenário urbano são, em sua grande maioria, mendigos, crianças abandonadas, enfermos, loucos, bêbados... Sujeitos nômades que não têm outro lugar senão as calçadas e as ruas da cidade. Os memorialistas muito têm a falar sobre essas vidas errantes que viveram a compor a cartografia urbana. Vidas estas que são instituídas pela ordem moderna e civilizada como causadoras da desordem.

A imagem de Campina Grande que nos anos de 1950 era construída por este memorialista. Uma cidade repleta de dores e sofrimentos dos seus filhos abandonados pelas ruas. Diante de seus escritos, uma espécie de banalização da miséria parecia tomar conta de boa parte da sociedade, pois de acordo com Pimentel não havia nenhuma iniciativa de combate à pobreza espalhada pelas ruas da cidade.

Uma dessas vidas errantes que marca os pedaços da história dessa cidade, descritas por Pimentel, é a da “Rainha Joana”. Caracterizada por este autor como: “Flor que murchou no galho da vida, sem ser colhida, e sem o contato que doira o viver das criaturas da terra, que é o de se sentir possuída e afagada para a perpetuação da espécie.” (PIMENTEL, 1956, p. 156.) Esta é, segundo ele, a dor que martiriza essa pobre mulher, velha e louca, que vive a perambular pelas ruas de Campina Grande, deixando ver que foi bonita e que sonhou com um noivo no verdor da mocidade, onde apenas encontrou os espinhos da desilusão.¹

De acordo com Pimentel, a falta de um amor na vida da Rainha Joana foi o terrível mal que lhe “tirou o juízo”. E agora, desajuizada, com a beleza acabada, mendiga e louca, carrega a marca que a vida ingratamente lhe impôs: “Desprezada, estira a mão em súplica para o que comer. Dorme pelos terraços escuros, onde chega sutil, qual cão furtivo, e de onde é expulsa as vezes quando o céu vai se doirando com os raios da madrugada.” (PIMENTEL, 1956, p. 156).

Sua bagagem é composta de uma cesta na qual conduz um vestido usado, um cobertor, um velho par de sapatos, um pente e um vidro de óleo perfumado com o qual acaricia os cabelos, possivelmente tentando reviver os anos da mocidade em que a beleza de sua cabeleira chamava a atenção dos moços que a cortejavam.

Segundo Pimentel, houve um tempo em que a Rainha Joana pensou em se casar, seu peito se agitou e os sonhos do amor se agasalharam lá dentro, enchendo seu coração de sonhos e esperança. Seu amor, porém, foi impossível, pois ela apaixonou-se por um moço rico e de “linhagem”, que lhe afagava os sonhos, mas que se transformou em um amor inatingível.(PIMENTEL, 1956, p. 157).

Seu sonho foi o pesadelo que lhe trouxe a “fraqueza mental”. Agora, velha, anda louca a dizer pelas ruas da cidade que é rainha e que vai se casar com o rei, afirma ainda que suas vestes são mantos de ouro e que toda Campina Grande lhe pertence, são suas todas as lojas e acredita ter palácios e lindas igrejas. Pimentel afirma que, alguns podem até se mostrarem indiferentes a tal loucura, mas aquela visão fica dentro da mente de cada um, assim como ficam as impressões digitais nos documentos que a lei exige para prova.

Apossada pela loucura, a Rainha Joana vive a cantarolar modinhas do tempo de mocidade e a recitar quadrinhas pelas ruas da cidade, lembrando seu passado de moça cortejada e sonhadora. Ela recita, ao mesmo tempo em que articula gestos engraçados, os versos que a sua memória armazenou do tempo em que tanto desejava se casar. Diante dessa vida nômade, Pimentel questiona: “Haverá coisa mais dolorosa para uma moça que sonhou com um lar cheio de carinho e de filhos, com trancinhas loiras e ao invés disto, encontrou uma vida ao relento, cheia de amargura e dor, abandonada e sobretudo louca?” (PIMENTEL, 1956, p. 159).

Observa-se, por meio do discurso desse memorialista, que loucura na década de 1940 e 1950 em Campina Grande se apresentava por meio de atores que viviam a habitar os espaços abertos da cidade, tal é o caso da Rainha Joana, que convivia com os demais transeuntes nas ruas, muitas vezes sendo marginalizada e até enxotada dos terraços das casas, não havendo, ainda, uma separação institucional entre o seu corpo e corpo dos sujeitos nomeados de normais. A Rainha Joana não se constituía como uma ameaça em potencial à vida dos outrotranseuntes; não estavam colados ao seu corpo os signos da criminalidade e do perigo que hoje são associados aos portadores de transtornos mentais.

Outra história, contada por Cristino Pimentel, que traduz um pouco das vivências desses atores da loucura é a do “Mudinho que o trem matou”. Pimentel se recorda que, no dia 11 de agosto de 1951, quando abria as portas de seu estabelecimento comercial, entrou de

súbito e esvaindo-se em lágrimas o senhor Severino Clemente, pai do Mudinho, informando o incidente ocorrido com o seu filho.

Pimentel, afirma ter acompanhado o crescimento do Mudinho e se recorda que, todos os dias, dava-lhe pão e água, carinho que também era transmitido pela sua esposa, que compreendia-lhe os acenos e acariciava-o, tratando-o como se fosse um filho querido.

Segundo Pimentel, a primeira loucura do Mudinho se manifestou em 1949, diante da qual, ele mesmo providenciou sua internação na Colônia Juliano Moreira, na capital João Pessoa. Diante daquele fato, ele se recorda e descreve que ficou com a alma comovida, como se o seu corpo e o do Mudinho fossem um único corpo, e como se o sangue de ambos percorresse pelas mesmas veias. Pimentel o descreve da seguinte forma:

Era uma criança amável de natureza, e infeliz, e que espécie de infelicidade! Muda e surda. Descendia de pais tarados, terrivelmente marcados pelo Destino. Provinha o pobrezinho de uma família em cujo seio os casos de loucura são freqüentes. Pobre gente! Sua única ventura consistia em viver, mas viver morrendo, viver sofrendo, viver crendo. (PIMENTEL, 1956, p. 164).

O discurso que contorna a loucura se instala na ideia de sofrimento e dor. O Mudinho e sua família são descritos como infelizes e pobrezinhos que vivem pela vida a sofrer. Os signos da degenerescência, ou seja, da hereditariedade da loucura por meio da “raça” e dos comportamentos sexuais degenerados, são atribuídos aos seus pais, quando Pimentel os nomeia de “tarados”. Esse personagem da loucura sequer é chamado pelo nome próprio, mas é nomeado por meio das faltas existentes em seu corpo. A ausência da fala e da audição produz sobre sua identidade o codinome de Mudinho.

Na descrição de Pimentel uma instituição se faz presente, trata-se da Colônia Psiquiátrica Juliano Moreira, fundada em 23 de junho de 1928 na capital do estado. A presença dessa instituição psiquiátrica no relato de Pimentel se faz dada a ausência de uma instituição que pudesse dar assistência ao Mudinho dentro da própria cidade. Naquele momento, Campina Grande não contava com nenhum serviço psiquiátrico para comportar esses casos de loucura que se espalhavam pelas ruas da cidade. Sendo assim, a única forma de tratamento seria deslocar os sujeitos acometidos pelos acessos de loucura para a única instituição existente no estado.

A Colônia Juliano Moreira, ou, como também é conhecido, o Hospital de Alienados Juliano Moreira, naquele momento, constituía-se como a primeira e única instituição psiquiátrica no estado da Paraíba. Antes dela recorria-se à cidade do Recife, que já possuía

desde 1864 o Hospício de Visitação de Santa Isabel, posteriormente, Hospício de Alienados da Tamarineira, atual Hospital Ulysses Pernambucano. (Cf. MEDEIROS, 1999).

Retomando as lembranças de Pimentel, a segunda loucura vivenciada pelo Mudinho se deu na ocasião em que este presenciou os cadáveres de toda uma família que havia morrido em um desastre de aviação, os quais foram trazidos para Campina Grande para serem velados na igreja. O “pobrezinho” se impressionou quando viu o quadro comovedor de seis caixões funerários e começou a definhar impressionado com medo da morte. A partir de então, segundo relata Pimentel, o Mudinho perguntava, por meio de acenos, aos pais e aos conhecidos se iria morrer voando. (PIMENTEL, 1956, p. 164).

Mudo e “doente do juízo”, o menino não pôde ouvir o apito do trem. Assim, não foi um avião quem o matou, foi um trem de ferro conduzido por um maquinista “[...] sem coração que não teve coragem de parar o comboio para salvar o Mudinho louco em iminente perigo.”(PIMENTEL, 1956, p. 164).

Nota-se que naquele momento, ainda não se inscrevia no corpo desses personagens da loucura, os signos da periculosidade, signos estes que irá contribuir para que estes atores sejam rejeitados pelo restante da sociedade e repelidos para dentro de hospícios como condenados pelo “crime da loucura”. Entretanto, o relato de Pimentel já sinalizava para a necessidade de tratamento médico em instituições psiquiátricas, como é o caso da Colônia Juliano Moreira, onde havia sido internado o Mudinho.

A loucura parecia impactar profundamente Cristino Pimentel, em outra obra intitulada: “Mais um mergulho na história campinense”, ele torna a escrever relatos de casos de loucos que lhe chamavam atenção. Tal é o caso do poeta Lucas Gusmão, campinense, nascido em 10 de outubro de 1892, tendo falecido em 16 de setembro de 1958 na Colônia Juliano Moreira. Segundo Pimentel, quando despertou para a centelha da poesia, Lucas Gusmão já não andava com bom estado mental: “A moléstia foi lhe tomando conta do cérebro e, ao mesmo tempo, nas janelas da alma entrava Apolo.” (PIMENTEL, 2001, p. 65).

Lucas, pensador, meio louco, meio filósofo, que dizia-se entendido em medicina e em química, tinha um comportamento inusitado com pretensão à intelectualidade. Para algumas das doenças que assolavam o corpo humano, ele indicava um remédio. Porém, Pimentel afirma que: “Ninguém acreditava, é claro, nas suas receitas.” Assim, é possível afirmar que a loucura era desacreditada e tinha sua fala anulada ou negativizada, a própria fala deste memorialista expressa essa ideia ao afirmar que era “claro” que ninguém acreditava nas suas receitas.

Este personagem da loucura é descrito por Pimentel da seguinte forma:



Lucas viveu muito tempo atormentado, entre a dor de uma vida moral, sem calma e outra física, sem conforto. Fazia dó vê-lo de barba e cabelo sem cortes, metido em todas as suas roupas, com uma aparência de gigante. Daí a alcunha que lhe botaram os “moleques” de “Guarda Roupa”. Alcinha que lhe magoava mas não lhe enfurecia. Graças a sua índole de louco inofensivo. (PIMENTEL, 2001, p. 66).

Lucas é mais um dos personagens inusitados que transitavam pelas ruas de Campina Grande na década de 1950. Os aspectos descritos por Pimentel desenham e contornam sua imagem quase que de maneira folclórica. Lucas possivelmente servia se diversão para as crianças que o chamavam de “Guarda Roupa”, pelo fato deste fazer uso de inúmeras vestes ao mesmo tempo. Para Pimentel, os cabelos desgrenhados e a barba grande de Lucas Gusmão lhe causavam dó. Neste sentido, Lucas caminhava entre a zombaria e o sentimento de pena, duas zonas fronteiriças que cercavam a loucura que habitava as ruas.

Esses personagens aparecem no relato de Pimentel sendo configurados como sujeitos “inofensivos”, como é o caso de Lucas, a quem ele atribui este adjetivo. Ainda de acordo com suas memórias, Lucas foi adoecendo sem apagar a chama da inteligência que o fazia ver-se. Quando morreu o poeta Ruy Barbosa², ele sentiu o apagar-se daquela luz e externou sua dor na seguinte quadrinha:

A morte de Ruy Barbosa
Causou-me pesadas penas,
Não era um sábio, era um gênio,
Não morreu, mudou-se apenas.
(PIMENTEL, 2001, p. 67).

Por meio desses versos recitados por Lucas Gusmão, é possível perceber a sua sensibilidade para a poesia, além disso, ele acaba por traduzir o seu conhecimento em torno de grandes intelectuais brasileiros como é o caso de Ruy Barbosa. Pimentel chega a comparar Lucas ao filósofo de *Assim falou Zaratrusta*, Friedrich Nietzsche. Segundo o memorialista, não se trata de colocá-lo ao nível desse grande filósofo, mas quem leu Nietzsche e conversou com Lucas Gusmão entende muito bem a comparação. Pimentel conclui afirmando que Lucas nada edificou, senão o próprio exemplo de paciência diante do sofrimento.

Outro escritor que também se comoveu e relatou os casos de loucura que habitavam as ruas da cidade foi Antonio Moraes, que, assim como Pimentel, se propôs a escrever suas memórias. Segundo ele, em Campina Grande, assim como em toda cidade de maior porte, registraram-se casos de pessoas alienadas e de lunáticos. O louco é descrito por este autor como aquele que perde totalmente o raciocínio, e, devido à insensatez, fica marginalizado,

servindo de mofa àqueles pobres de espírito e desumanos que, para se divertirem, insultam e fazem zombaria ao “débil mental” que foi marcado pelo destino. Ainda de acordo com Morais, existem os lunáticos que são meio loucos, maníacos, visionários e que se imaginam oradores ou políticos, ou então um galã preferido pelas mulheres. (MORAIS, 1985, p. 76).

A presença da loucura nas ruas da cidade despertava o riso, a compaixão, as injúrias, as grosserias e a troça, muitas vezes cruel. Sentimentos mistos e contraditórios que, oscilando entre a aceitação e a rejeição, demonstram a existência de um espaço de convívio entre o louco e o não-louco, no qual ambos sabiam como se defender um do outro. (Cf. ENGEL, 2001, p. 24).

Os personagens da loucura possuíam uma visibilidade imediata, fazendo sua aparição frente à população urbana por meio dos vestuários exóticos, de hábitos estranhos, de atitudes diferentes, de gestos e palavras algumas vezes “incompreensíveis”, mas engraçadas e convocadas a serem ditas.

A loucura se constituía, assim, como um espetáculo cujos papéis representados pelos vários personagens da cidade eram capazes de distinguir a insanidade da razão, sem excluir a possibilidade de convivência. Diferenciados por meio de suas falas, de seus gestos, de suas posturas e suas aparências, os personagens aqui descritos eram, ao mesmo tempo, discriminados e tolerados, ridicularizados, agredidos, mas igualmente protegidos e aceitos. A loucura ainda não se constituía como uma “inquietação” para os demais cidadãos. (CUNHA, 1986, pp. 13-14).

O jornalista Ronaldo Dinoá, mais um escritor amante de Campina Grande e que também insiste em escrever suas memórias, afirma que não se pode deixar de falar nos doidos de Campina. “Eram pessoas que tinham perturbações mentais e que nos enchiam de risos”, afirma Dinoá. De suas lembranças são trazidos alguns desses personagens da loucura que marcaram época na cidade. Em uma crônica, intitulada “Os doidos de Campina”, ele menciona sujeitos como: “Guarda Roupa”, “Engole Trave”, “Barrola”, “Cadê Terezinha”, “Abílio Doido”, “Dr. Mário”, “Circuito”, “Dona Maria Pereira”, “Bacalhau”, “Peneira”, “Carbureto”...³ Personagens que, pela sua singularidade, atribuíam outros significados às ruas da cidade. Nota-se que a loucura se constituía como algo tão exótico e extravagante que os codinomes que se colavam aos corpos desses personagens, já naquele momento, pareciam querer traduzir a estranheza dessas vidas.

Neste sentido, pode-se afirmar que nas décadas de 1940 e 1950, em Campina Grande, a loucura ainda não se constituía como um problema para as autoridades municipais. Não existia a demarcação de um território de exclusão, no espaço urbano, entre a loucura e a

normalidade. Os códigos emitidos entre ambas eram passíveis de leitura, os corpos não se repeliam, nem se configuravam enquanto ameaça em potencial à ordem pública e à integridade física das pessoas.

Entretanto, o processo de modernização vivido desde o início daquele século, por meio do comércio do algodão, irá instaurar uma rasura na vida desses personagens, ao possibilitar e estimular a emergência das instituições que irão servir de receptáculo para estas vidas errantes da loucura que, em pouco tempo, terão a sua rostidade gradativamente apagada das ruas da cidade.

1.2A modernização da cidade e a reinvenção do espaço urbano

Aliado a esse projeto, era necessário mudar o comportamento das pessoas, instituindo regras adotadas por meio de medidas legais. Assim, a lei que substituía o código de posturas do município, promulgada em 1953, em seu Capítulo III, Seção II, que trata da limpeza pública, colocava que estava proibido “ter suínos dentro dos muros e chiqueiros no perímetro urbano da cidade e das vilas, a não ser em pocilgas modernas e higienizadas”, ficava proibido ainda, “riscar paredes, janelas, portas, ou muros das casas.”⁴As medidas profiláticas determinavam que as casas que possuíssem algum enfermo com doenças epidêmicas ou contagiosas, deveriam comunicar às autoridades sanitárias, além disso, a casa que estivesse em tal situação deveria ser rigorosamente desinfetada. Ficava também terminantemente proibida a venda de quaisquer iguarias ou gêneros alimentícios por intermédio de pessoas portadoras de moléstias infecto-contagiosas.⁵

As medidas de higiene e profilaxia impostas no espaço urbano visavam o controle das práticas cotidianas, mas não apenas aquelas que se instauravam nos espaços públicos da cidade, mas, sobretudo, nas vidas privadas das pessoas, que deveria ser controlada na sua forma mais íntima e particular. Perde-se, portanto, a noção de ambiente privado do lar, já que este espaço também estava sob a mira das autoridades municipais.

A limpeza e a remodelação da fisionomia de Campina Grande nas décadas de 1940 e 1950 fundavam-se nos princípios médicos e higienistas de desinfecção do espaço urbano, mas também de moralização da vida dos atores históricos. Novos odores, prédios, ruas, praças e revitalizações, tomavam o lugar de becos, ruelas, casebres, espaços poluídos e mal cheirosos. Todos os ambientes passavam a ser vigiados e controlados pela municipalidade que tinha por desejo civilizar os campinenses rumo ao progresso e à modernização.

A partir da década de 1920 a medicina em Campina Grande começa a se fortalecer com a presença de seu principal personagem, o médico. Tornava-se necessário atrair para a cidade jovens médicos recém formados nas faculdades do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Neste momento predominava a presença desses jovens vindos de outros estados para exercer as práticas médicas na cidade, pois os jovens campinenses que optaram por seguir essa carreira, ainda encontravam-se em formação.

Com o retorno desses “filhos da terra” formados e doutorados neste saber, a medicina dita científica começou a se consolidar na cidade, acionando novas práticas e outros discursos em torno dos corpos doentes. Porém, para que esse saber ganhasse mais força e sentido de verdade em detrimento das antigas práticas de curandeirismo, tornava-se necessário a construção de um espaço próprio, onde as práticas médicas poderiam ser exercidas e legitimadas. Emergia, portanto, em 7 de setembro de 1932, a primeira instituição que daria suporte e legitimação às práticas médicas, o Hospital Pedro I.

Representando a consolidação do saber médico científico, o Hospital Pedro I redefiniria a própria imagem do médico que deixava de socorrer o doente em sua própria casa, para prestar a assistência dentro do ambiente fechado do hospital. A implantação desta instituição reelaborou, inclusive, o espaço urbano que, a partir de então, passou a ser composto por outros signos da modernidade e do progresso.⁶ Assim, a construção do Pedro I, propiciou a espacialização desse novo poder que buscava se legitimar perante a sociedade, fortalecendo pouco a pouco a atuação do saber médico. Esta instituição, portanto, nasceu como espaço privilegiado para observação, esquadrinhamento, disciplinarização e intervenção dos corpos doentes e das vidas das pessoas. (AGRA, 2008, p. 158).

Porém, o aparecimento de um hospital como este na cidade significava apenas uma das medidas que deveriam ser tomadas rumo ao progresso. Tornava-se necessário continuar a árdua luta em prol da modernização. Assim, as autoridades municipais continuavam intervindo na vida dos atores sociais, como pôde ser visto anteriormente. Personagens instituídos como loucos, a exemplo de Camillo, o Mudinho e Lucas Gusmão, já despertavam o desejo de que alguma medida de tratamento e cura pudesse ser tomada em torno de seus corpos, por isso, a necessidade de levá-los para instituições como a colônia Juliano Moreira na capital do estado e o Hospício de Visitação de Santa Isabel na cidade do Recife.

Nota-se que passavam a ser construídos signos de progresso, civilidade, cientificidade e desenvolvimento que em nada se harmonizavam com os espetáculos de doenças que andavam a “atrapalhar” a ordem de uma cidade em processo e modernização. Desse modo, em 1932 estava sendo inaugurado o Hospital Pedro I, que passava a ajustar a

desordem das doenças de acordo com as regras científicas, modernas, morais, progressistas e civilizadas de uma cidade que se pretendia moderna.

A partir de então, os discursos médicos vão se fortalecendo e tomando corpo na cidade. As práticas dos curandeiros, barbeiros, parteiras, etc. foram gradativamente sendo exorcizadas sob a alcunha de charlatânicos, sendo marginalizadas e destituídas de sua sabedoria popular, que por anos acionava suas forças para ajudar e curar os que dela necessitavam. É neste sentido que o discurso médico-científico se instala como o único detentor da razão e provido de autoridade para gerir a vida e a morte.

A cidade continuava a passos largos o seu projeto de desenvolvimento científico. Os “filhos da terra” que haviam se deslocado para outros estados em busca de formação médica começam a retornar ávidos por exercerem a profissão. Desse modo, os laços da medicina em Campina Grande se fortaleceram ainda mais, pois com estes jovens médicos campinenses, os arranjos políticos estabelecidos em torno das práticas médicas na cidade se firmavam, consolidando projetos como a instalação de uma sociedade médica e de uma faculdade de medicina. (Cf. LEITÃO, 2005).

Diante de todas essas mudanças, restava a consolidação na cidade de um novo ramo da medicina, o qual, como pôde ser visto, a sociedade já clamava o seu aparecimento, trata-se da psiquiatria. Por meio do médico psiquiatra uma nova ordem iria se instalar na cidade, esta ordem diz respeito à separação dos sujeitos instituídos de loucos e os ditos normais. O espetáculo médico campinense já havia constituído alguns de seus personagens, possuía uma linguagem própria e um palco onde os médicos atuavam e ganhavam visibilidade. Restava ser instaurado, nessa cidade que se pretendia civilizada, um espaço onde os tentáculos da psiquiatria pudessem se apossar da loucura.

Assim, nesse território fértil de transformações, emergia o Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional (ICANERF), popularmente conhecido pelo nome do seu proprietário, o Dr. João Ribeiro. Foi com o surgimento desta instituição na cidade que a loucura começou a ter o seu espaço próprio. Se antes ela teria de ser levada para a capital João Pessoa ou para a cidade do Recife, agora o seu deslocamento acontecia dentro da própria cidade.

Mais uma vez, o dia 7 de setembro se constitui como uma data importante para a história da medicina em Campina Grande, pois nesta data se deu a inauguração do primeiro hospital da cidade, o Pedro I, e, agora em 1963, esta mesma data festejava a inauguração do Hospital Psiquiátrico João Ribeiro. (SILVA FILHO, 2005, p. 250). Esta instituição surge no cenário urbano como um lugar especializado em tratamentos neurológicos, representando o

avanço da medicina na cidade, pois até então só havia esse tipo de serviço na capital do estado. Tratava-se de um serviço que foi apresentado envolto em um discurso de inovação e modernização para uma cidade em que o progresso e o desenvolvimento científico se constituíam como as palavras de ordem.⁷

O Hospital Psiquiátrico João Ribeiro, funcionou na cidade de Campina Grande durante quarenta e quatro anos, oferecendo serviços ao complexo da região da Borborema. Seus compartimentos abrigavam cerca de duzentos pacientes, dos quais a maioria era assistido pelo Sistema Único de Saúde (SUS)⁸. Essa instituição, de caráter privado, também era custeada por recursos públicos e, apoiada pelo Ministério da Saúde, prestava assistência a esse município e às regiões circunvizinhas.

Em funcionamento desde 1961⁹, este hospital possuía tamanho significado para as expectativas dos representantes políticos desta cidade que, em 1960¹⁰ foi reconhecido como sendo de utilidade pública, antes mesmo de suas atividades entrarem em vigor. Entretanto, foi com a conclusão da obra em 1963, momento em que se deu a inauguração, que a população de Campina Grande pôde ter um maior acesso aos serviços ali prestados.

Dias antes da inauguração, numa manhã de quarta-feira, dia 4 de setembro de 1963, o jornal *Diário da Borborema*¹¹ reservou, em meio às suas notícias, um espaço que imprimia a expectativa existente em torno da inauguração do Instituto de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional. Na primeira página daquela edição, o leitor pôde se deparar com uma imagem bastante sugestiva, a maior dentre as outras que compunham a capa daquele periódico. Tratava-se de uma fotografia que parecia querer falar por si só, pois não possuía título, apenas uma legenda logo abaixo, em letras pequenas, afirmando que a foto trazia aspectos de uma visita feita pela equipe de reportagem ao hospital do “dr. João Ribeiro”. A imagem era da sala de recuperação motora da instituição que em breve seria inaugurada. Os leitores mais atentos podem ter encontrado num canto bem recuado do lado direito da página, com letras menos sugestivas que a imagem, o seguinte anúncio: “Inauguração no próximo sábado do Instituto de Neuropsiquiatria dirigido pelo dr. João Ribeiro.”¹²

O redator do texto jornalístico acrescentava que a aquela instituição construída há pouco mais de um ano, no bairro da Liberdade, ao lado da Igreja das Graças, seria inaugurada no dia 7 de setembro de 1963. O prédio já estava em funcionamento desde alguns meses, prestando “serviços inestimáveis” à população, mas ainda não havia sido entregue ao povo de Campina Grande por meio de uma inauguração solene, o que possivelmente só poderia ocorrer depois que outras partes da obra fossem concluídas. A data da inauguração, segundo a reportagem, coincidia com a data “máxima” de nossa “Pátria Brasileira: o dia da

Independência”. Além disso, o jornalista concluía seu texto apontando para a importância dos serviços que já estavam sendo prestados naquela instituição, afirmando que diversas são:

[...] as pessoas ali internas como inúmeras têm sido os que saem dali completamente restabelecidos. Crianças com paralisia, adultos inutilizados, graças aos eficientes métodos adotados pelo facultativo, o qual desde que saiu da faculdade tem sido movido por um único desejo: o de recuperar o organismo humano, nas suas faculdades físicas, prestando por outro lado, aos enfraquecidos das faculdades mentais serviços de real valor.¹³

Algumas páginas mais à frente, aquela edição dava continuidade à reportagem, apontando para a magnitude das instalações daquele edifício, o qual oferecia para os que necessitavam recuperar o seu organismo e para os “enfraquecidos das faculdades mentais”: apartamentos devidamente equipados, salas de visita, salões diversionais, sala de recuperação motora, apartamento de banho de luz, enfim, “[...] todos os compartimentos onde o dr. João Ribeiro desempenha o seu magnífico sacerdócio em favor da reabilitação dos que o procuram, oriundos das mais variadas partes do Nordeste.”¹⁴

A reportagem emitia signos de modernização por meio da descrição dos ambientes. Mas os signos emitidos pela escrita do jornalista também elaboravam outros sentidos. Segundo o texto, aquela era uma instituição que teve “origem do esforço e abnegação de seu diretor” que, ao especializar-se em neuropsiquiatria, não alimentava nenhum desejo de permanecer simplesmente como clínico de sua especialidade médica. Mas João Ribeiro queria, impulsionado pela sua “vocação”, permanecer em contato diário com os seus doentes, o que só poderia acontecer num nosocômio¹⁵. O texto jornalístico fazia questão de enfatizar que a construção do tão “magnífico” prédio teria se dado “sem a ajuda de quem quer que seja”, a não ser a de seu velho pai, que em nenhum momento faltou com a necessária e imprescindível assistência, possibilitando ao jovem médico, o “dr. João Ribeiro”, o desempenho de suas funções e especialidades¹⁶.

Esta é a imagem que começa a ser construída e divulgada acerca do hospital e do seu proprietário. Uma instituição em que os serviços ali prestados significavam uma espécie de salvação para aqueles homens e mulheres que, nomeados de enfraquecidos mentais, necessitavam de assistência e tratamento.

Neste sentido, aquela instituição, em nome do progresso e da modernização da cidade, passava a significar um lugar próprio para aqueles que o texto jornalístico nomeava de “inutilizados” das faculdades mentais. Quanto ao seu proprietário, este passou a representar a imagem do médico que traria o que havia de mais moderno na assistência neuropsiquiátrica

para Campina Grande. Assim, seria entregue à população um lugar próprio para aqueles pacientes que já não cabiam mais nos espaços públicos e quiçá privados dessa cidade.

Além disso, os signos emitidos na escrita do jornalista apontavam para o crescimento da cidade, crescimento este que não se dava apenas em termos de espacialidade, mas na modernização de suas instituições, o que a igualava aos outros grandes centros urbanos do país. O próprio nome da cidade aciona essa necessidade de crescimento, progresso e modernização. Desse modo, não se tratava apenas de uma instituição com perfeitas instalações, ou de um prédio “magnífico”, tamanha as suas dimensões, mas significava o aperfeiçoamento e especialização do saber médico que poria esta cidade em concorrência com a capital João Pessoa – já que, até então, como foi visto, instituição deste tipo, no estado, só existia naquela cidade¹⁷. Desse modo, uma instituição como o Hospital João Ribeiro traria para Campina Grande signos de modernidade/modernização, tanto arquitetônicos, quanto de serviços médicos especializados para aqueles homens e mulheres nomeados e reconhecidos como loucos.

Uma instituição exemplar, um espaço no qual não poderia restar dúvidas de que se tratava de uma conquista para a população campinense. Assim era tecida e veiculada pelos noticiários a imagem daquela casa hospitalar. Um ambiente ideal, onde o “sacerdócio” da psiquiatria exerceria de forma religiosa o poder que historicamente e cientificamente lhe fora atribuído.

Chegava finalmente a tarde do dia 7 de setembro de 1963, momento da tão propalada solenidade de inauguração, que contava com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, além da numerosa representação da classe médica da cidade. O jornalista incumbido de noticiar o acontecimento afirmava que, com a inauguração daquele hospital, não somente o dr. João Ribeiro estaria de parabéns, mas toda Campina Grande que recebia assim, “[...] das mãos de um de seus mais abnegados filhos, um dos melhores hospitais de neuropsiquiatria e reabilitação, de todo o nordeste do país.”¹⁸ O início da reportagem transmitia que:

Conforme noticiamos, será inaugurado, hoje, às 16 horas, o Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional, de propriedade do dr. João Ribeiro, no bairro da Liberdade. [...] É, sem dúvida, mais um hospital que se incorpora a vida campinense, para melhor atendimento das necessidades da numerosa população. Não será, todavia, um Hospital de clínicas, mas um nosocômio especializado que visará o aperfeiçoamento do corpo humano, através da recuperação motora dos defeitos físicos de algumas criaturas, bem como o lugar certo para os débeis e clínicos dos nervosos de um modo geral.¹⁹

Um nosocômio, esta é a expressão que nomeia a instituição inaugurada, uma palavra que, apesar de ser usada para designar hospital, qualquer que seja a especificidade, foi bastante utilizada pela psiquiatria para significar particularmente hospital psiquiátrico. Este termo que, por meio dos discursos e práticas psiquiátricas, foi sendo historicamente revestido de significados de exclusão, marca a existência daqueles atores históricos que, de algum modo, necessitavam de tratamento psiquiátrico, e habitavam os leitos e corredores daquela instituição.

Pautado na especialização neuropsiquiátrica, este hospital não tinha apenas por função reabilitar os pacientes com problemas neurológicos²⁰, mas, sobretudo, reabilitar aqueles que na reportagem são nomeados de débeis, ou seja, que possuíam a mente debilitada e, de acordo com aquela visão, necessitavam de um lugar adequado para o seu tratamento. Desse modo, no texto jornalístico, o discurso veiculado constrói o Hospital João Ribeiro como um espaço indispensável para a população desta cidade, a qual, naquele momento, era parabenizada por estar sendo presenteada com um “lugar certo para débeis e clínicos dos nervosos de um modo geral”.

Uma obra que emitia signos de progresso e avanço científico. Logo, essa pode ter sido a razão pela qual a solenidade contou com a participação de tantas autoridades, a exemplo de civis, militares e eclesiásticos, além de alguns representantes da classe médica da cidade, pois essa seria uma forma de as autoridades mostrarem à população que apoiavam e compartilhavam daquela realização. Afinal, aquele significava um ritual de progresso, aperfeiçoamento e melhoramento da saúde pública, ainda pouco comum na região.

Aquela inauguração contou ainda com as bênçãos da mais alta personagem religiosa católica da cidade, a sua “excelência” e “reverendíssima” autoridade dom Manuel Pereira da Costa, bispo diocesano de Campina Grande, que distribuiu suas bênçãos em todos os compartimentos e instalações do Instituto de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional.²¹

Assim, a presença desta instituição na cidade passou a compor não apenas o cenário com sua muralha imponente, mas também, a memória de boa parte da população, que via naquele hospital o lugar da loucura por excelência. Enfim, o Hospital Psiquiátrico João Ribeiro, que nasce da proposta de atendimento “Neuropsiquiátrico”, ou seja, cuidados no âmbito da neurologia, e também da psiquiatria, anos mais tarde começa gradativamente a se transformar no ambiente fechado exclusivamente da loucura.

FONTES UTILIZADAS

Jornal Diário da Borborema, 4 de setembro de 1963.

Jornal Diário da Borborema, 7 de setembro de 1963.

Jornal Diário da Borborema, dia 24 de abril de 2003.

Lei municipal nº 362 de 24 de março de 1953. Título IV, Capítulo III, Seção II, Art. 30.

Lei municipal nº 362 de 24 de março de 1953. Título V, Capítulo I, Seção I, Art. 43 a 49.

REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles**: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2008

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: Médicos, Loucos e Hospícios – Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura**: mudança no saber médico em campina Grande (1920-1950). Monografia apresentada ao curso de história da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande, 2005.

MEDEIROS, Tácito. **Psiquiatria e Nordeste**: um olhar sobre a história. Revista Brasileira de Psiquiatria [online]. Julho/Setembro 1999, vol. 21, n. 03.

MORAIS, Antonio Pereira de. **Vi, ouvi, senti**: crônicas da vida campinense e outras narrativas. Campina Grande, 1985.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1956.

_____. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande, PB: Caravela, 2001.

RAMOS, Gilmária Salviano. **Entre o “sublime nome de mãe” e o “monstruoso crime”**: Inventariando práticas de abortos e infanticídios na Paraíba (1960/1970). Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Recife, 2009.

SANTOS, Wagner Germiniano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura, 1965-2002**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Recife, 2008.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande (1670 – 1963)**. João Pessoa: Grafset, 2005.

Notas

¹ É importante ressaltar que os memorialistas aqui citados tratam apenas dos casos de loucura dos que andavam perambulando pelas ruas da cidade, desse modo, não foi possível trazer para esta escrita aqueles casos que possivelmente viviam enclausurados, dentro de suas próprias residências sob os cuidados da família.

² Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi jurista, diplomata, político, escritor, filólogo e orador. É considerado um importante intelectual brasileiro.

³ Jornal Diário da Borborema, dia 24 de abril de 2003.

⁴ Lei municipal nº 362 de 24 de março de 1953. Título IV, Capítulo III, Seção II, Art. 30.

⁵ Lei municipal nº 362 de 24 de março de 1953. Título V, Capítulo I, Seção I, Art. 43 a 49.

⁶ É importante ressaltar que a emergência desta instituição na cidade, não trouxe de imediato a confiança dos atores sociais nas práticas médicas e científicas, tendo em vista que as pessoas continuavam exercendo práticas de curandeirismo até então utilizadas. Além disso, o próprio hospital nascia como um misto de espaço de separação e espaço de cura, ou seja, ainda não se constituía enquanto um espaço especificamente de tratamento e cura. Cf. AGRA, 2008.

⁷ Posteriormente o Hospital Psiquiátrico João Ribeiro irá instaurar um deslocamento sobre seus serviços, passando de um lugar de reabilitação neurológica e psiquiátrica para o espaço próprio da loucura.

⁸ O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela [Constituição Federal de 1988](#) para que toda a população [brasileira](#) tivesse acesso ao atendimento público de [saúde](#). Anteriormente, a assistência médica estava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), ficando restrita aos empregados que contribuíssem com a [previdência social](#); os demais eram atendidos apenas em serviços [filantrópicos](#). Do Sistema Único de Saúde fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), os serviços de [Vigilância Sanitária](#), Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, além de fundações e institutos de pesquisa, como a [FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz](#) e o [Instituto Vital Brazil](#). Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_%C3%9Anico_de_Sa%C3%BAde (consultado em 15 de maio de 2011)

⁹ 29 de outubro de 1961 é a data que consta na pedra de fundação da instituição, informando que a partir de então deu-se início o seu funcionamento. A sua construção foi concluída apenas no dia 7 de setembro de 1963, quando foi comemorada a sua inauguração.

¹⁰ Momento em que o prefeito Severino Cabral sanciona a lei nº 66, de 27 de abril de 1960, a qual reconhece como sendo de utilidade pública o Instituto de “Neuro-Psiquiatria” e Reabilitação Funcional (ICANERF). Conhecido pelo nome de Hospital João Ribeiro.

¹¹ Cabe ressaltar que até o ano de 1972, quando é fundado o Jornal da Paraíba, quem detinha o “monopólio” da informação impressa e a exclusividade das notícias em Campina Grande era o Jornal Diário da Borborema, que desde 1957 veiculava notícias diariamente. Cf. SANTOS, 2008, p. 57; RAMOS, 2009, p. 28.

¹² Jornal Diário da Borborema, 4 de setembro de 1963.

¹³ Jornal Diário da Borborema, 4 de setembro de 1963.

¹⁴ Jornal Diário da Borborema, 4 de setembro de 1963.

¹⁵ Jornal Diário da Borborema, 4 de setembro de 1963.

¹⁶ Jornal Diário da Borborema, 4 de setembro de 1963.

¹⁷ Como pôde ser visto, a primeira instituição psiquiátrica do estado da Paraíba foi a Colônia Juliano Moreira, fundada em 23 de junho de 1928. Até hoje apenas três cidades do Estado possuem esse tipo de instituição, sendo elas, respectivamente: João Pessoa (1928), Campina Grande (1963 e 1966) e Cajazeiras (1977).

¹⁸ Jornal Diário da Borborema, 7 de setembro de 1963.

¹⁹ Jornal Diário da Borborema, 7 de setembro de 1963.

²⁰ Os problemas psiquiátricos são aqueles que se apresentam na mente humana tal como a esquizofrenia, a depressão, os transtornos bipolares, entre outros. Quanto aos neurológicos, são aqueles que fazem parte do cérebro, da medula ou dos nervos, a exemplo de dores de cabeça, distúrbios do sono, doença de Parkinson, entre outros.

²¹ Jornal Diário da Borborema, 7 de setembro de 1963.